

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A REVOLUÇÃO MILITAR (1560 – 1660):
ANÁLISES E CRÍTICAS À TEORIA DE MICHAEL
ROBERTS**

Alice Fucs
matrícula nº 103111314

ORIENTADOR: Prof. Ronaldo Fiani

Abril de 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A REVOLUÇÃO MILITAR (1560 – 1660):
ANÁLISES E CRÍTICAS À TEORIA DE MICHAEL
ROBERTS**

Alice Fucs
matrícula nº 103111314

ORIENTADOR: Prof. Ronaldo Fiani

Abril de 2012

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares pelo apoio e carinho durante essa importante etapa da minha vida.

Ao Gabriel Barreira, pela compreensão e apoio indispensáveis durante todo o processo.

Ao professor Ronaldo Fiani, pelo apoio, orientação e paciência, sem os quais não seria possível concluir este trabalho.

A todos os que pude conviver durante minha formação na universidade, alunos e professores que colaboraram com o meu desenvolvimento.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a Revolução Militar, através de teorias escritas por diversos autores. Foram utilizadas diferentes fontes com a intenção de se definir os principais pontos de discordância e de aproximação entre as teorias analisadas neste estudo.

Primeiramente será descrita a teoria de Michael Roberts, a qual foi pioneira no estudo do tema, para posteriormente expor as críticas feitas à mesma. São colocados em questão os problemas da periodização da revolução militar, da importância dos acontecimentos descritos por Roberts e das consequências da revolução sobre a sociedade.

Palavras-chave: Revolução Militar, consequências sociais, periodização da revolução.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the Military Revolution, through theories written by several authors. Different sources were used with the intention to define the main points of disagreement and reconciliation between the theories analyzed in this study. Firstly, Michael Roberts's theory is described, which was the Pioneer in the study of the topic, and then we analyzed the critics on this theory. This study exposes the problems of time basis disagreement, the importance of the events described by Roberts and the social consequences of revolution.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO -----	7
CAPÍTULO I -----	10
Michael Roberts e a proposta de uma “Revolução Militar” nos séculos XVI – XVII na Europa.	
CAPÍTULO II -----	22
O problema da periodização: A crítica de Jeremy Black a Roberts.	
CAPÍTULO III -----	30
III. I A tese de Parker e as críticas quanto às teorias já existentes-----	30
III. II Rogers: As divergências quanto ao período da revolução e a definição de três etapas revolucionárias-----	37
CONCLUSÃO -----	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	49

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo explorar o conceito de “Revolução Militar”, desenvolvendo as principais formulações e críticas feitas a este conceito por autores dedicados ao estudo do desenvolvimento militar. Há um consenso em relação às conseqüências dos intensos avanços militares durante os séculos XVI até XVIII, e os autores analisados neste trabalho concordam quanto à idéia de que tais avanços afetaram de forma definitiva a sociedade européia no início da Idade Moderna.

As mudanças militares são claras, tanto na alteração de estratégias e táticas de ataque quanto no desenvolvimento de novas formas de fortificações. Alguns autores defendem o desdobramento desta revolução militar em mais de uma etapa, significando que, embora seja revolucionário, o processo de avanços militares radicais não ocorreu de forma repentina, e sim foi fruto de avanços anteriores e necessidades criadas pelo ambiente de guerra da época. Porém tal fato não impede a classificação deste processo como revolucionário, o que será explicado também neste trabalho no capítulo referente à definição do termo “revolução”.

Serão considerados diferentes autores e suas idéias sobre o período em questão, as teorias de cada um deles acerca da forma como a Revolução Militar ocorreu serão colocadas de forma comparativa, para que fiquem claros os consensos e os pontos divergentes entre os mesmos. Mas, para isso, é preciso antes compreender um pouco melhor o sentido do termo “revolução militar”.

O termo Revolução Militar se refere ao intenso desenvolvimento militar europeu, que teria incluído, além de mudanças táticas e estratégicas na forma de fazer guerra, a criação e adoção cada vez maior das armas de fogo e utilização da pólvora nas guerras a partir do século XVI. Não há dúvida de que tais desenvolvimentos alteraram de forma drástica as batalhas e fizeram nascer, de fato, uma indústria de guerra. Os exércitos teriam se expandido aceleradamente, assim como as necessidades de uniformização, treinamento e suporte aos soldados.

Além disso, descobertas tecnológicas e estudos no campo militar teriam permitido um avanço da efetividade dos ataques, o que teria feito crescer um desequilíbrio notável entre defesa e ataque numa primeira fase, já que não havia um modo eficiente de se proteger, até o século XVIII, dos então modernos armamentos utilizados. A guerra tornou-se então objeto dos grandes estados, pois o preço subiu drasticamente, impedindo que ela fosse financiada por feudos, e governos descentralizados.

Teria surgido, de acordo com alguns dos autores citados neste trabalho, a necessidade de um governo central, absoluto, que fosse capaz de, não só adquirir recursos para financiar a guerra, como também de administrar tal empreitada, já que, cada vez mais, o profissionalismo e dedicação exclusiva eram exigidos para o sucesso nas batalhas. A revolução Militar teria alterado o escopo da guerra, tornando as batalhas mais profissionais, o que exigia dos soldados maior dedicação e treinamento, e transformava o exército, antes exclusividade das altas classes sociais, em uma escolha profissional e possibilidade de carreira.

Juntamente com os benefícios, certas conseqüências negativas não puderam ser evitadas. As condições de vida dos soldados teriam passado a depender de saques às cidades vencidas e o número de desertores cresceu de forma exorbitante. A guerra, tão comum na época, significava um período de devastação nas cidades, de falta de recursos e fome para os soldados e para a sociedade civil.

Não era simples para os governos manterem-se sempre atualizados quanto aos desenvolvimentos militares, tal processo envolvia alto custo e representava escolhas entre investimentos na população ou nos exércitos. Os estados se envolviam cada vez mais e o poder crescente da artilharia fez nascer uma preocupação com uma legislação internacional. Tornava-se necessária a criação de regras, entre os exércitos, que regulassem os direitos dos soldados em territórios alheios.

Todas as conseqüências desses avanços militares são discutidas no presente trabalho. Os pontos de discordância entre os autores aqui citados em geral dizem respeito ao período em que tais mudanças revolucionárias ocorreram e o sentido em que uma afetou ou foi afetada pela outra. A principal divergência não está na

definição das influências da Revolução Militar na sociedade, muito menos na conclusão de que, de fato, esta teria ocorrido, e sim na forma e, principalmente, na definição dos séculos e batalhas que teriam servido de pano de fundo para os desenvolvimentos em questão.

É o objetivo deste trabalho examinar, a partir do ponto de vista de autores como Michael Roberts, Jeremy Black, Geoffrey Parker e Clifford Rogers entre outros, a forma como o foco em desenvolver armas e maneiras de atacar teria levado à necessidade de se ter um governo central, o que caracterizaria o período como revolucionário. A conseqüente imposição de um Estado absolutista, que tomou o lugar do governo descentralizado com poder fragmentado entre os feudos que existiam anteriormente, que transformou de forma tão brutal e definitiva a estrutura política e econômica européia, é o foco e ponto de partida para o estudo realizado neste trabalho.

I – MICHAEL ROBERTS E A PROPOSTA DE UMA “REVOLUÇÃO MILITAR” NOS SÉCULOS XVI – XVII NA EUROPA.

O termo “Revolução Militar”, como conceito criado para descrever o conjunto de transformações militares na Europa ao longo dos séculos XVI e XVII, foi elaborado por Michael Roberts. A partir de Michael Roberts, conforme se encontra em seu artigo seminal “The Military Revolution, 1560 – 1660” (ROBERTS, 1956), pode-se concluir que a Revolução Militar não teria sido apenas um conjunto de mudanças que alteraram uma das faces da sociedade medieval – a vida militar; ela teria na realidade representado uma verdadeira ruptura com a sociedade antiga, e teria separado em duas fases completamente distintas a história política e social da Europa no período 1560 – 1660. Embora mais tarde tenha sido em parte criticada por diversos historiadores, entre eles Jeremy Black e Clifford Rogers, a Revolução Militar, na versão defendida por Roberts, teria sido responsável por alterar a sociedade e a constituição da época em questão, o que teria significado o nascimento do “novo mundo”, muito diferente do antigo. Segundo o próprio Roberts, ao tratar da Revolução Militar, as mudanças sociais teriam representado uma divisão entre a sociedade medieval e o mundo moderno:

“...It brought changes which may not improperly be called a military revolution; and that revolution, when it was accomplished, exercised a profound influence upon the future course of European history. It stands like a great divide separating mediaeval society from the modern world. Yet it is a revolution which has been curiously neglected by historians.” (ROBERTS, 1956, p.13)

Os primeiros sinais de uma revolução militar teriam surgido através do desenvolvimento de novas técnicas e estratégias de ataque. A partir do século XVI algumas alterações na forma de organizar os exércitos apresentaram grande influência na definição do poder nos campos de batalha. Alguns dos personagens mais

importantes foram analisados por Roberts em sua teoria, e serão apresentados a seguir.

É importante enfatizar o papel de Maurício de Nassau na tese de Roberts. Segundo Roberts, esse teria sido um dos líderes mais importantes no desenvolvimento das mudanças táticas e estratégicas de guerra, as quais, por sua vez, teriam simbolizado a importância das mudanças militares na história. Algumas das inovações importantes utilizadas de forma pioneira por Nassau seriam a nova disposição do exército, o qual teria passado a ser disposto em pequenos grupos, organizados em duas a três linhas, o que permitia um melhor uso de diferentes armas. Tal disposição teria sido usada na defesa por Maurício de Nassau, e introduzida de forma pioneira no ataque por Gustav Adolf. (ROBERTS, p.14).

Gustav Adolf foi rei da Suécia entre 1611 e 1632, defendendo o país em diversas guerras, o que o marcou, na história, pela competência militar. Venceu batalhas importantes contra a Dinamarca, Polônia e Rússia, além da intervenção na Guerra dos Trinta Anos. Gustav Adolf foi, assim como Maurício de Nassau, reconhecidamente um dos líderes das inovações militares, teve papel importante na inclusão em batalhas, de novos tipos de armamentos e técnicas inovadoras no século XVII.

Além da mudança na disposição do exército que também fez parte das estratégias de Gustavo Adolf, Maurício de Nassau, como cita Michael Roberts (1956, p.14), criou uma pequena unidade de apoio às batalhas no campo, que serviria para abastecer os exércitos durante as batalhas. As mudanças citadas exigiram transformações básicas na forma de fazer guerra: A partir daquele momento seria necessária uma mudança no padrão de disciplina e treino dos batalhões, cada soldado passaria a necessitar de treinamento direto e funcional intensivo, já que ele não seria mais apenas um soldado lutando, e sim uma parte essencial de uma composição maior, que só funcionaria bem se todo o exército estivesse em sintonia.

As novas formações teriam criado, além do novo método e necessidade de treinamento e disciplina do soldado, uma alteração profunda na relação de poder dentro do exército, fazendo com que os oficiais deixassem de ser somente líderes, e se

transformassem em instrutores. Essa inovação no papel dos oficiais significou maior subordinação do soldado ao comandante e o exército se transformou em um organismo articulado, no qual cada parte reagiria às ordens superiores.

Para compreender a amplitude do conceito de Revolução Militar, é necessário descrever as mudanças ocorridas no período pós-1560, já que este conceito se refere ao resultado, na sociedade, de todos os avanços militares da época, considerando-se estratégia, tática e tecnologia. Uma primeira mudança clara estaria relacionada à contratação de exércitos mercenários, diferentemente da antiga prática de utilização de soldados que lutavam em defesa dos interesses da sociedade, estando envolvidos emocional e socialmente com o objetivo das batalhas, e não lutando por um ganho material. Antes da contratação de exércitos mercenários, a guerra não apresentava o profissionalismo que passou a ser exigido após o início da Revolução, os soldados não recebiam treinamento suficiente e guerreavam em defesa da própria sociedade em que viviam. Os exércitos mercenários, que de fato representaram um dos primeiros passos na direção da revolução, apresentavam altos custos para serem mantidos, mas tais custos poderiam ser justificados pelas seguintes vantagens apontadas por Roberts:

“...and it has been asserted, more specifically, that the reforms of Maurice were possible only in a mercenary force, since the prolonged drilling and high degree of professional skill which they demanded would have been impossible to obtain from a citizen militia. (...). The mercenary had no local attachments, was indifferent to national sentiment; and this made him a valuable agent in the suppression of popular disturbances. A mercenary army cared not at all if the war was prolonged, or fought far from home; it economized the state's own manpower, and hence it's wealth; the system of recruiting through captains relieved the government of a good deal of administrative work...” (ROBERTS, 1956, p. 16)

Alguns estados menores e com menos recursos, porém, não eram capazes de financiar os exércitos mercenários, o que representava uma grande perda na competição militar, pois as desvantagens apresentadas por tais exércitos não anulavam as vantagens descritas acima. Alguns dos principais problemas apresentados por exércitos que lutavam em troca de pagamento seriam, segundo Roberts:

“There were, of course, many countervailing disadvantages: the mercenary army was undisciplined, unreliable, and adverse to battle; his arms and equipment were unstandardized and often bad; the employer was invariably swindled by the captains; and the whole system was ruinously expensive.” (ROBERTS, 1956, p. 16)

Apesar da dificuldade em financiar este tipo de enfrentamento que se apresentava mais profissional, ainda era menos custoso manter os soldados ininterruptamente do que pagá-los no fim de cada temporada e realistá-los na temporada seguinte, após o inverno, como era a prática antiga. Vários motivos tornavam o exército permanente menos custoso: Os períodos de alistamento apresentavam altos custos, além de ser um processo complexo e difícil de ser realizado regularmente, pois envolvia uma grande quantidade de pessoas dedicadas a estas funções. Sendo assim, se o exército mercenário não fosse dispensado no outono, e sim mantido durante todo o ano, as despesas com este processo seriam poupadas. Outro motivo para se manter os exércitos durante os meses de inverno era a possibilidade de treinamento – cada vez mais necessário - dos soldados neste período. Por último, havia ainda áreas nas quais o inverno era justamente o melhor período para o combate: Algumas regiões da Polônia, da Rússia e da Hungria, nas quais os animais usados na guerra não suportavam o frio, e tornavam a área mais vulnerável neste período do ano. (ROBERTS, p. 17)

A importância desta introdução do exército permanente está no papel das considerações financeiras e militares, ao invés de políticas ou constitucionais, exercido durante o processo, isto é, a contratação de exércitos permanentes, que representou um alteração drástica dos antigos hábitos de coordenar e organizar as forças de defesa nacionais, teria sido feita a partir de considerações financeiras e militares, e não teria sido resultado de um planejamento político dos líderes da época. Segundo Roberts essa diferença é essencial, pois traz à tona a noção de alteração social e política como consequência de mudanças militares, e não como causa ou motivo das mesmas. O absolutismo seria então uma mera consequência, resposta a

necessidades da época, o exército permanente não foi produto de um planejamento político, mas sim consequência de uma necessidade militar e financeira.

Segundo ROBERTS (1956):

“Where absolutism triumphed in this century, it did so because it provided the response to a genuine need; and though an army might be useful for curbing aristocratic licence, it was but an accessory factor in the general political situation which produced the eclipse of the Estates. Essentially the standing armies were the product of military logic rather than of political design.” (ROBERTS, 1956, p. 18)

Assim como Roberts, Brian M. Downing (1953) também cita as necessidades militares como motivadoras das mudanças políticas e deixa clara a relação entre mudanças na forma de fazer guerra e a demanda por um governo absolutista no seguinte trecho:

“The means of destruction changed from relatively small feudal levies and militia to large mercenary and standing armies, which required a new superstructural apparatus to guarantee inputs of capital and labour. A more centralized and coercive state was needed to extract these inputs from an unwilling population. The expense of military modernization conflicted with medieval constitutionalism. Kings found states no longer willing or able to provide the revenues for modern warfare.” (DOWNING, 1953, p. 56)

A determinação de um Estado absolutista como consequência de necessidades militares não é, porém, um consenso entre os historiadores. Existem outras teorias relativas ao processo de instituição de um governo central, e das causas do mesmo. Entre as diferentes teorias, alguns autores afirmam que tal governo teria sido fruto de uma revolução disciplinar como Philip S. Gorski, (2003) e outros ainda de uma crise

do feudalismo como Perry Anderson, em *Lineages of the absolutist state* (ANDERSON, 1974). A revolução disciplinar teria ocorrido a partir da Reforma Protestante, com a conseqüente criação de um governo mais disciplinado, no qual as práticas e instituições teriam trazido um maior controle sobre a sociedade. A segunda estaria relacionada ao enfraquecimento do domínio da nobreza sobre a terra e ao surgimento de uma nova classe de comerciantes, que desafiava o poder político da nobreza. A monarquia e a nobreza teriam se unido para se fortalecerem frente à nova classe que surgia, e dessa aliança teria nascido os primórdios do absolutismo.

Contrário a estas duas outras teorias, Roberts argumenta que as mudanças políticas teriam sido fruto de alterações militares e o mesmo processo de utilização de exércitos permanentes, descrito acima, ocorrido com o exército, teria acontecido também com a Marinha, que também teve sua estrutura modificada. Uma crescente necessidade de proteção do comércio, de construir bloqueios marítimos, a criação da demanda por pessoal altamente treinado, e a possibilidade de economizar recursos antes dispostos em funções administrativas, fez nascer de forma definitiva uma marinha permanente, que apresentava claras vantagens à antiga forma de recrutar e dispensar soldados. (ROBERTS, p. 18)

Além da instituição do exército permanente, é importante enfatizar o crescimento do escopo da guerra, isto é, além da mudança na estratégia de guerra, que fez desta mais móvel e sanguinária, a quantidade de soldados envolvidos em cada batalha cresceu de forma considerável, e passou a representar um fator decisivo na definição do poder dos exércitos. A partir desta mudança, não era somente o capital disponível que limitava a quantidade e qualidade das batalhas, mas a quantidade de homens disponíveis era um componente essencial na definição das vitórias.

Essa transformação fez com que o Estado tivesse sua autoridade aumentada, e a guerra não poderia mais ser controlada por feudos, pois tornava-se necessário um controle centralizado, com poder de financiamento e principalmente, com poder administrativo e com autoridade suficiente para comandar exércitos de mais de 400.000 homens. O crescimento da autoridade do Estado fez nascer também uma posterior preocupação com a criação de uma lei internacional. (ROBERTS, p. 19)

Constituía-se, desta forma, um movimento cíclico de desenvolvimento: O volume de guerra, com quantidade de soldados e necessidade de disciplina intensa, tornava o controle absoluto necessário, o que deixava os Estados mais poderosos e capazes de fazer guerra, o que aumentava as vitórias e fazia crescer ainda mais o poder deste mesmo controle absoluto. Era inevitável pensar que a disciplina e autoridade central que funcionavam tão bem com os exércitos funcionariam da mesma forma em relação à sociedade civil. (ROBERTS, p. 19 – 21)

Essas inovações no campo militar começaram a trazer à tona a possibilidade de instauração de um Estado central, tornando a organização da sociedade em feudos separados uma característica que passava a se mostrar, pouco a pouco, ultrapassada, e que poderia ser deixada de lado daquele ponto em diante. Foi justamente uma necessidade militar, segundo Roberts, a principal causa de instauração de um governo absolutista, porém o mesmo governo centralizado apresentava vantagens no controle da sociedade e do progresso econômico em relação ao antigo sistema de feudos. Dessa forma, uma inovação - governo centralizado - que teria surgido como desenvolvimento no campo militar, apresentava também vantagens à sociedade civil. (ROBERTS, p. 21)

As conseqüências econômicas da alteração no escopo da guerra foram significativas: A busca por soluções para os problemas de custos das guerras teriam contribuído enormemente para a criação de instrumentos financeiros e da estrutura de crédito. Descobriu-se que, durante os tempos de paz, era possível viver de forma independente, e sem dívidas. Porém, nos tempos de guerra essa independência financeira se tornava impossível, e o fato de, no século XVII, os tempos de guerra predominarem sobre os de paz, tornou a crise constitucional um problema comum entre os países, e a busca por financiamento adquiriu uma importância cada vez maior. (ROBERTS, p. 21)

Esse caminho de desenvolvimento da indústria de guerra resultou em um exército real, sob controle dos monarcas, e isso representou um primeiro avanço rumo à obtenção de exércitos nacionais:

“By the end of the century the monarchs had mostly gained effective control of their armies. It was a significant development; for once the armies became royal (as the navies already were) the way was open for their eventually becoming national”. (ROBERTS, 1956, p. 22)

Assim como as conseqüências constitucionais, as de cunho social representaram uma profunda mudança na Europa, pois foram responsáveis pelo nascimento de uma nova imagem do exército, e a guerra deixou de ser privilégio de uma classe, como o era na Idade Média, e passou a ser incluída na vida das classes mais pobres. Para estas, estar no exército significava ter mais segurança e abria uma possibilidade de carreira para o soldado. Na França, inclusive, três gerações que prestassem serviço militar permitiam à família solicitar participação na aristocracia. Sendo assim, fazer parte do exército passou a ser visto como possibilidade de ascensão social. (ROBERTS, p. 23)

Não se pode deixar de enfatizar a considerável influência da ciência na arte da guerra. Certos avanços científicos revolucionaram o uso das armas e possibilitaram uma nova forma de ameaçar inimigos. Entre os principais desenvolvimentos estão os avanços na cartografia, que permitia a criação de mapas militares mais exatos e confiáveis; e a criação de novas armas e equipamentos, como a granada e o silenciador; o desenvolvimento do navio e de veículos mais resistentes à ação de armas de fogo também foi um dos objetivos da época, além de um primeiro passo rumo à criação da guerra biológica, com uma tentativa de contagiar o inimigo com uma determinada forma de peste:

“In 1650, the Venetians resorted to biological warfare in the defence of Crete, despatching Dr Michael Angelo Salomon thither to infect the Turkish armies with ‘the quintessence of the pest’”. (ROBERTS, 1956, p. 25)

Os desenvolvimentos acima citados contribuíram de forma definitiva para a transformação do perfil da guerra e, a partir dessa evolução, tornava-se impossível

aprender a guerrear sem estudos, isto é, a pura experiência não era mais suficiente para criar novos soldados. A carreira militar se tornava cada vez mais importante, e a necessidade de especialização se fazia perceber de forma cada vez mais intensa, fazendo nascer, em paralelo à antiga divisão social, uma nova divisão, baseada na posição militar. (ROBERTS, p. 25)

Além das conseqüências constitucionais e sociais, é necessário dar atenção à esfera econômica, que também teria sido muito afetada pela Revolução Militar, segundo Roberts. A partir do momento em que muitos dos estados não eram mais capazes de financiar de forma autônoma os custos de um exército, já que este tinha tido seu porte intensamente aumentado após a Revolução Militar, o conceito de guerra econômica foi sendo cada vez mais explorado: limitar recursos para os Estados teria se tornado, então, um novo determinante das vitórias nos campos de batalha, ou seja, a partir do momento em que a guerra não dependia mais somente de competência militar e treinamento, mas também da possibilidade de arrecadação de recursos pelos Estados, esse novo limite à capacidade de financiar exércitos passou a ser mais um dos objetivos entre os inimigos de guerra, e representava mais uma ameaça aos Estados inimigos. (ROBERTS, p. 2)

Já era possível, antes da Revolução Militar, observar tentativas de guerras econômicas, mas foi com o intenso crescimento do escopo da guerra e com o desenvolvimento de novas e caras armas e instrumentos de defesa, que a guerra econômica teria de fato ocorrido de forma visível, segundo Roberts.

O enorme crescimento do escopo da guerra foi responsável pelo surgimento de uma preocupação com a lei internacional, ou seja, a possibilidade de destruição se tornava tão grande que a definição e regularização de regras passava a ser necessária. Os saques passavam a ser cada vez mais restritos, pois eram juridicamente baseados na idéia de feudo e da necessidade de os exércitos viverem fora de seu país, o que tornava os saques necessários à sobrevivência dos soldados. Além disso, a negociação de prisioneiros de guerra havia virado rotina e a guerra se tornava cada vez mais organizada e regrada, a criação de um código para a conduta da guerra se fazia essencial:

“The military revolution, indeed, had important effects upon international relations and international law. There can be no doubt that the strengthening of the state’s control of military matters did something to regularize international relations. (...) The century witnessed a steady advance towards restriction of the old rights of looting and booty, and before the end of it cartels governing the exchange of prisoners had become usual.” (ROBERTS, 1956, p. 27)

Foi neste período que a noção de fronteira como linhas de proteção, fortificadas se desenvolveu por completo. A necessidade de se separar, de forma bem definida os territórios de cada sociedade mostrava-se cada vez mais primária devido à grande incidência de saques:

“Richelieu put the point clearly when he wrote in his *Testament Politique* that a well-fortified frontier was necessary to prevent the raids of a marauding enemy. A generation later the idea of a frontier as one or more lines of fortified places was well developed...” (ROBERTS, 1956, p. 28)

O desenvolvimento de regras e limites para o convívio de diferentes exércitos permanentes foi característico desta época, a necessidade de convenções militares para regularizar as ações dos exércitos havia se tornado prioritária e foi feita uma organização de leis internacionais. Apesar da preocupação com leis internacionais, a Revolução Militar teria sido, em parte, responsável pelos horrores e pela violência da Guerra dos Trinta Anos, pois, embora houvesse restrições e regras respeitadas entre os exércitos, tais regras demoraram anos até que fossem aplicadas aos civis. Foi necessário que Estados fossem devastados para que a civilização se voltasse contra a forma de guerra legítima do período em questão. Segundo Roberts, a questão da intensidade da violência da guerra estaria relacionada ao estágio de desenvolvimento militar da época, a Revolução ainda não tinha sido concluída, sendo assim um controle total pelo Estado, necessário para a imposição de batalhas menos

sanguinárias, ainda estava por vir. E mesmo que a Revolução seja culpada pela intensificação da violência e mortalidade, ela mesma teria sido responsável por trazer à tona as soluções para estes problemas, com a colocação de um controle absolutista, centralizado, capaz de manter e administrar os exércitos e as relações entre estes e a sociedade civil.

As inovações tanto na esfera econômica, quanto administrativa, financeira e constitucional militares foram cruciais para mudanças definitivas na sociedade civil. A partir do ano de 1660, havia nascido a nova e moderna arte da guerra, que trazia consigo alterações profundas e definitivas.

Os exércitos passavam a ser permanentes e apresentavam uma enorme quantidade de soldados, o que exigia dos governantes a capacidade de obter recursos para mantê-los e capacitar líderes que se mostrassem aptos a organizar os batalhões, a partir de então muito mais complexos. Para preparar os novos soldados, a intensidade da disciplina e dos treinamentos caracterizava a guerra com um profissionalismo inovador, o que exigia uma estrutura moderna e cara, desafiando mais uma vez a capacidade de financiamento dos Estados.

As necessidades que surgiam a partir das inovações militares resultavam no crescimento do poder dos Estados mais ricos, já que estes seriam os únicos com possibilidade de manter financeiramente toda a estrutura da guerra moderna. Não só passava a ser fundamental a possibilidade de obtenção de recursos, como também a centralização do poder se mostrava muito mais eficiente na organização dos exércitos. Em termos de desenvolvimento econômico, o crescimento militar e de novas estratégias fez crescer a busca por instrumentos financeiros, além de fomentar o uso da guerra econômica, a qual envolvia justamente a busca por apoio financeiro e a tentativa de bloquear os auxílios econômicos dos inimigos.

No campo científico, diversos avanços, incluindo desenvolvimentos na cartografia, na produção de novas armas, e na busca por formas de guerra biológica, influenciaram não só a forma de fazer guerra, como também a sociedade civil, que viria a sofrer conseqüências positivas e negativas de tais pesquisas a partir daquele período em diante. A possibilidade de uso da arma de fogo, ainda que não da forma

mais eficiente possível já que ainda se mostravam fundamentais diversas melhorias na eficácia das armas da época, possibilitava a guerra psicológica, tornando mais poderosos os Estados que tinham capacidade financeira para se manter atualizado em termos de armamentos militares.

As mudanças acima descritas, somadas às conseqüências que as mesmas trouxeram à sociedade dos séculos XVI e XVII, foram apresentadas por Michael Roberts como fatores revolucionários, e determinaram um novo rumo para o desenvolvimento militar além de influenciar profundamente a sociedade civil do período. Sendo assim, as alterações foram definidoras de uma nova era, o que as caracteriza como componentes de uma verdadeira Revolução Militar.

Apesar de apresentar argumentos que, a princípio, justificam o termo “Revolução”, Michael Roberts teve sua tese criticada por diversos historiadores. Nos capítulos seguintes, algumas das principais críticas e defesas serão apresentadas, com o intuito de evidenciar os pontos de consenso entre os autores que analisaram o assunto em questão e as diferentes teorias apresentadas por eles, expostas neste trabalho.

II - O PROBLEMA DA PERIODIZAÇÃO: A CRÍTICA DE JEREMY BLACK A ROBERTS.

Jeremy Black, em seu artigo *A military revolution? A 1660- 1792 Perspective*, (BLACK, 1995), assim como Michael Roberts, propõe uma ligação direta entre os avanços militares e a formação de um Estado absolutista. Black enfatiza a idéia de força e coerção na imposição de um governo central, dando atenção aos desenvolvimentos qualitativos e quantitativos das forças armadas.

O ponto central de discordância entre os autores Jeremy Black e Michael Roberts está no período classificado como sendo o principal nos acontecimentos da Revolução Militar. Diferentemente de Roberts em seu *The Military Revolution, 1560 – 1660* (1956), Black (1995) atenta para os momentos de ruptura ocorridos no período entre 1660 e 1800, denominado de Antigo Regime.

Não se poderia, segundo o autor em questão, falar de uma única revolução militar. Segundo Black (1995), seria preciso ampliar este conceito e dividi-lo em duas partes: A primeira parte sendo referente ao fim do século XV e início do século XVI, e a segunda parte situada entre 1660 e 1720, como pode ser visto no trecho abaixo. Os principais fatos de cada uma das duas serão explicados neste capítulo.

“Rather than adopting the notion of a single revolution (the Roberts thesis) it is more accurate to suggest that, if early-modern changes can be described in terms of revolution, there were two “revolutions”, one in the late fifteenth and early sixteenth centuries, the other in c.1660 – c.1720.”

(BLACK, 1995, p. 96).

De forma divergente, Michael Roberts afirmou que a revolução teria ocorrido em um só período, como pode ser observado no trecho abaixo:

“(...) it stands like a great divide separating mediaeval society from the modern world. Yet it is a revolution which has been curiously neglected by historians (...) The military revolution which fills the century between 1560 and 1660 was in essence the result of just one more attempt to solve the perennial problem of tactics - the problem of how to combine missile weapons with close action; how to unite hitting power, mobility, and defensive strength.”

(ROBERTS, *The Military Revolution, 1560-1660*, 1956, p. 13)

O primeiro período citado por Black (entre os séculos XV e XVI) está de acordo com a análise feita por Geoffrey Parker, como poderá ser visto a seguir. A principal crítica à teoria de Roberts, por parte de Black, está no estudo do segundo período revolucionário, após o ano 1660, que teria sido posto de lado por Roberts. As principais características da primeira revolução, conforme explicado por Parker, seriam: A moderna utilização das armas de fogo e o início da utilização da tática inovadora de defesa denominada *Trace Italienne*. Ambas as mudanças teriam representado uma ruptura com o período anterior e por isso o período em questão foi considerado tão importante para os dois autores:

“Now the crucial influence on the evolution of strategic thinking in the sixteenth century was the appearance of an entirely new type of defensive fortification: the *trace italienne*, a circuit of low, thick walls punctuated by quadrilateral bastions. (...) It soon became clear that a town protected by the *trace italienne* could not be captured by the traditional methods of battery and assault”

(PARKER, 1976, p. 203)

Da mesma forma, Black enfatiza a importância do período em questão:

“(...) The first (period) has been ably described by Parker, with his emphasis on firearms and the *trace italienne*, but because he both

failed to break free from Roberts' model and neglected to consider the post-1660 period, he gave the misleading impression that the Roberts thesis could be sustained and amplified by his own emphasis on the preceding period.”

(BLACK, 1995, p. 96-97)

Fica claro, no segundo trecho apresentado acima, que o ponto de divergência entre Roberts e o autor apresentado neste capítulo, estaria na ênfase do estudo da revolução no período pós 1660. A partir deste ano, até 1720 (de acordo com Black (1995)) teriam ocorrido mudanças qualitativas e quantitativas, o que determinaria sua importância no processo de Revolução Militar. Inovações científicas que determinaram mudanças na utilização de diversas armas, além da redução da importância da cavalaria e de importantes alterações táticas da marinha (crescimento da importância de navios armados e de inovadoras formas de ataque no mar) teriam sido os principais responsáveis pela contribuição deste período no processo de Revolução. Não só as táticas da marinha estavam sendo alteradas, mas também a especialização na construção dos navios aumentava, o tamanho das embarcações crescia de acordo com o desenvolvimento de novas armas, e a forma de construção se apresentava cada vez mais profissional:

“The replacement of the pike by the newly-developed socket bayonet, the pre-packaged cartridge, the substitution of the matchlock musket by the flintlock and the replacement of the pike increased infantry firepower and maneuverability. It led also to a decline on the relative importance of cavalry in most European armies. (...) The development of line-ahead tactics greatly altered naval warfare, not only tactically but also by increasing the importance of heavily gunned ships of the line, and thus of the states able to deploy and maintain substantial numbers of such ships”

(BLACK, 1995, p. 97)

Sendo assim, a partir desta análise tem-se que os anos analisados por Roberts e definidos como o período de Revolução Militar por ele, estariam entre as duas revoluções defendidas por Black, e seriam caracterizados como um período de transformações limitadas e de menor importância.

Após 1660 houve o desenvolvimento de maiores exércitos, e este crescimento foi tão intenso que não poderia ser classificado como mera evolução, já que não teria representado uma continuidade e sim uma verdadeira ruptura com os tempos passados. Não só em termos de crescimento de contingente o exército foi alterado, houve também importantes mudanças no que diz respeito a treinamento, equipamento, pagamento e controle (BLACK, 1995, p.98). Uma maior e mais profissional administração passou a ser necessária e teria permitido o recrutamento de cada vez maiores exércitos.

“Similarly, larger standing armies developed in the century after the Roberts period. The bulk of the growth occurred in the later period and it was of such an order that it cannot be described simply in terms of continuation of already established patterns of growth. (...) There were also important improvements in 1660-1720 in military and naval administration, especially in the ways in which armies and navies were trained, equipped, paid and controlled by their governments”

(BLACK, 1995, p. 98)

Outra diferença que pode ser vista a partir da comparação dos dois autores em questão, é o nascimento de um Estado absolutista a partir de uma revolução militar. De acordo com Roberts, existiria uma ligação direta entre os dois fatores, segundo a qual as necessidades da moderna arte da guerra pós-revolução militar teriam criado uma demanda por um Estado central e absolutista, com seu poder financeiro e de administração, além da autoridade requerida pelos novos grandes exércitos:

“The transformation in the scale of war led inevitably to an increase in the authority of the state. The days when war partook of the nature of feud were now for ever gone, and the change is reflected in (among other things) the development of international law (...). Only the state, now, could supply the administrative, technical and financial resources required for large-scale hostilities. (...) Navies become state navies, royal navies, the old compromise of the armed merchantman falls into disuse (...) Effective control of the armed forces by a centralized authority becomes a sign of modernity: It is no accident that the destruction of the *streltsi* by Peter the Great preceded by a century and a quarter the destruction of the Janissaries by Mahmud II.”

(ROBERTS, 1956, p. 20)

Já Jeremy Black atento para a mesma relação, porém vista de outra forma, conforme a descrição a seguir.

Segundo Black, seriam os esforços de se impor um governo central que teriam determinado o acontecimento de determinados avanços militares. Não existiria, segundo o autor, uma relação de causa e efeito entre o governo central e o desenvolvimento militar da forma como foi descrito por Roberts. Algumas das características do Estado absolutista teriam sido criadas a partir de objetivos puramente políticos, e não como consequência de necessidades dos exércitos modernos:

“In the 1980s, however, both absolutism and early-modern European state formation have been redefined (...) away from an emphasis on coercion and, instead, towards one on a greater measure of consensus, at least within the elite. This had important implications for the study of early-modern military history, not only because the purpose of military change requires re-examination, but also as its *process* needs re-consideration. The extent to which more effective military forces reflected not more autocratic states but rather crown-elite co-operation in more apparent.”

(BLACK, 1995, p. 95)

Sendo assim, o processo de imposição de um governo central absolutista teria ocorrido de forma paralela à Revolução Militar, e não teria sido somente um produto desta. No trecho a seguir, a divergência entre Roberts e Black fica clara, como descrito por K. A. J. MCLAY, historiador e autor de diversos artigos acerca da formação do Estado absolutista:

“Moreover, Black inverted the principal consequence of Robert’s “Military Revolution”; instead of nascent state structures and bureaucracies – typically centred within the executive authority of an absolute monarch – emerging as a product of these changes, Black argued that a dynamic of political and administrative change ran alongside the “Military Revolution” and, in fact, contributed to the latter’s development. Louis XIV might be seen therefore to demand and obtain vast armies to fulfil his territorial ambitions as a function of his monarchical authority rather than have that authority enhanced a priori by the independent emergence of larger armies.” (MCLAY, 2005, p. 491)

Além da crítica expressa anteriormente acerca da relação de causa e efeito entre os avanços militares e a imposição de um governo central, Black (1995) enfatiza que os avanços descritos por Roberts teriam acontecido de forma mais uniforme, e seriam resultado de um processo natural de evolução. Tal processo teria se iniciado a partir do século XV, e continuado por mais três séculos. Sendo assim, não seria possível, segundo o autor em questão, denominar tal desenvolvimento de revolução, pois revolucionário seria um termo que exigiria mudanças radicais e definitivas, que ocorressem em um curto intervalo de tempo.

“Instead, it is apparent from a consideration of seventeenth-century warfare that the major changes took place after 1660, and, indeed, it can be argued that Roberts’ century was in relative terms one of limited change between two periods of greater importance.(...)” (BLACK, 1995, p. 97, 111)

Os avanços relativos às armas seriam, para Black, resultado esperado tendo-se em vista o desenvolvimento industrial da época, e sendo esperado, novamente não poderia ser caracterizado como revolucionário. Da mesma forma, as mudanças em táticas poderiam também ser previstas, já que não faria sentido acumular inovações nas armas e manter as mesmas estratégias e táticas de guerra, que passariam a ser antiquadas.

“What was really going on in large part was the clever adaptation of existing ideas to suit local circumstances, While at the micro level these changes in tactics could bring revolutionary results, in the sense of decisive local victories, it is difficult to link these together at the macro level into some all-embracing theory of revolutionary change.”

(BLACK, 1995, p. 111)

Seguindo o mesmo raciocínio, todas as alterações citadas tornariam necessários estudos e melhor treinamento para os combatentes, para que esses fossem capazes de se adaptar aos novos padrões de guerra. Enfim, ainda que a sociedade tenha sido alterada de forma definitiva, Black (1995) afirma que o período descrito por Roberts não se caracterizaria como revolução, e sim fruto de um processo constante e natural de desenvolvimento militar (como pode ser visto no trecho abaixo). Em *A Military Revolution? A 1660 – 1792 Perspective*, Black (1995) enfatiza também a possibilidade de os avanços descritos por Roberts como revolucionários serem simplesmente uma pequena alteração de formas antigas de armas e equipamentos, ou revisões das já conhecidas táticas e estratégias:

“The nature of the “military revolution” thesis also poses a problem. Parker, and especially Roberts, link broad military and societal change to changes in tactics and military technology and argue that these were both revolutionary and innovative. The problem is, as ever, one of terms. Not only is revolutionary a tricky concept, but clearly many tactical developments were hardly innovative in the sense of being truly original.” (BLACK, 1995, p. 111)

Outro argumento que descaracterizaria os séculos XVI e XVII como revolucionários diz respeito aos limites práticos de se fazer na guerra nesta época. Apesar de todos os desenvolvimentos em armas, táticas, treinamentos e estratégias, os exércitos ainda não eram capazes de lutar de forma eficiente durante os meses do inverno e de chuvas fortes. Apesar dos avanços os batalhões ainda sofriam com problemas de mobilidade, sendo limitados por questões geográficas e não eram, ainda, capazes de alcançar certas regiões, sob determinadas condições naturais, e este fato impediria que o desenvolvimento militar fosse chamado de revolucionário:

“However, Black has also analyzed his chosen period of ‘revolution’ and he has presented arguments as to why this era did not experience a revolution. He states that despite all the improvement in weaponry, tactics, education, etc. armies were still incapable of fighting during the winter months and during the times when it rained hard. Mobility, though improved, was still badly hindered by rivers and flooding and this had not changed over the centuries.”(TRUEMAN, 2000)

III – AS CRÍTICAS DE GEOFFREY PARKER E CLIFFORD J. ROGERS À TEORIA DE ROBERTS.

Neste capítulo, serão abordadas as divergências quanto à periodização da revolução, assim como a ênfase nas quatro etapas do período revolucionário e a importância do *Trace Italienne*. Serão também expostos os pontos em comum entre as teorias de Parker e Roberts e, em seguida, será esclarecida a conclusão quanto à caracterização revolucionária do período moderno europeu.

III. I – A TESE DE PARKER E AS CRÍTICAS QUANTO ÀS TEORIAS JA EXISTENTES.

A Revolução Militar descrita por Roberts pode ser dividida em quatro etapas, sendo a primeira referente a uma revolução em táticas, a segunda a uma revolução em estratégia, a terceira etapa seria o crescimento intenso na escala de guerra e a quarta e última diz respeito ao aumento do impacto da guerra na sociedade civil.

É preciso, porém atentar para a data em que estas mudanças teriam ocorrido, pois, diferentemente do que é dito na teoria de Roberts, Geoffrey Parker enfatiza que algumas das principais mudanças teriam ocorrido antes do período citado por Roberts, e não durante a Guerra dos Trinta Anos. Não se poderia negar a enorme influência exercida por Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo nas alterações militares: O aumento do número de oficiais e mosqueteiros, a queda na quantidade de unidades táticas e a imposição da técnica de *countermarch* (técnica segundo a qual mais de um grupo de mosqueteiros se revezava, avançando para atirar e recuando para recarregar as armas de forma sucessiva) foram algumas das inovações que firmaram a importância dos dois no que diz respeito a mudanças em treinamento militar e

padronização dos soldados. Porém, algumas das inovações nos batalhões teriam ocorrido antes mesmo de sua interferência.

Segundo Parker (1976), no século XVI, antes da influência de Gustavo Adolfo e Maurício de Nassau, a introdução de mosqueteiros em todos os batalhões já havia sido feita, além da formação de esquadrões organizados para determinadas tarefas, e os exércitos, que já caminhavam para uma formação permanente, já contavam com instituições militares bem definidas. Em termos de estrutura e administração, já podiam ser encontrados um tesouro militar, um sistema médico bem desenvolvido (com hospitais de ensino, unidades de cirurgia móveis e médicos residentes em todos os regimentos). Era possível encontrar um sistema de treinamento bem estruturado para os soldados e uma forma de administração que exigia um alto nível de disciplina.

“Many of the developments described by Roberts also characterized warfare in Renaissance Italy: Professional standing armies, regularly mustered, organized into small units of standard size with uniform armament and sometimes uniform dress, quartered sometimes in specially constructed barracks, were maintained by many Italian states in the fifteenth century. (...) Spain’s more permanent armies were also distinguished by sophisticated panoply of military institutions and ancillary services. (...) In the Netherlands and Lombardy, at least after 1570, there was a special military treasury, an elaborate and autonomous hierarchy of judicial courts, a well-developed system of medical care...”

(PARKER, 1976, p. 199)

Somado às inovações já descritas neste trabalho, Parker (1976) define como revolucionário uma nova forma de fortificação, denominada de “*Trace Italienne*”:

“Now the crucial influence on the evolution of strategic thinking in the sixteenth century was the appearance of an entirely new type of defensive fortification: the *trace italienne*. (...) It was a development which ‘revolutionized the

defensive-offensive pattern of warfare' because it soon became clear that a town protected by the *trace italienne* could not be captured by the traditional methods of battery and assault”

(PARKER, 1976, p. 204)

Conforme visto anteriormente, o *Trace Italienne* era constituído por muros baixos e grossos, dispostos em forma de estrela, o que protegia as cidades de ataques de diferentes ângulos. Segundo Parker (1976), esta nova forma de proteção teria sido um dos motivos para que os exércitos tivessem que crescer tanto em número e fosse cada vez mais necessário o desenvolvimento das armas na época:

“(...) Indeed, over fifty years were to pass between the final defeat of Charles the Rash in 1477 and the first major increase in army size in the 1530s, an increase necessitated by the vast number of men required to starve out a town defended by the *trace Italienne*.”

(PARKER, 1976, p. 208)

Tal ponto de vista foi extensamente criticado por diferentes autores. Jeremy Black (1995) e David Parrot (1995) questionam a teoria de Parker (1976) argumentando que o período no qual o *Trace Italienne* começou a ser utilizado, o crescimento dos exércitos não foi significativo, além disso, o aumento do número de soldados teria sido fruto do desenvolvimento do Estado, e não a causa deste.

Segundo Parker, este novo modelo de defesa impedia que uma cidade fosse destruída pelos antigos métodos de ataque, fato que impulsionou a posterior busca por novas formas de ameaça, diferente das tradicionais. As cidades era tão bem protegidas que muitas vezes as batalhas no campo se tornavam irrelevantes, pois se o *Trace Italienne* se mostrasse vitorioso, o resultado da guerra nos campos não representava o resultado final da guerra. As áreas que não eram protegidas por este

tipo de fortificação acabavam por tornar as batalhas mais importantes, já que esta passava a ser definida pela luta em si, podendo ter seu resultado alterado pela forma de ataque e defesa utilizados:

“Battles were often irrelevant in these areas unless they helped to determine the outcome of a siege. Even total victory on the field did not necessarily compel the well-defended towns to surrender: they could continue to resist...”

(PARKER, 1976, p.204)

Seria possível, segundo Parker (1976), questionar as revoluções “estratégica” e “de táticas” descritas por Roberts, porém o intenso crescimento do tamanho dos exércitos é fato indiscutível:

“There is thus some doubt about the significance of both the tactical and the strategic aspects of Roberts’s military revolution. But there is absolutely no doubt about its third constituent: the growth in army size.”

(PARKER, 1976, p. 206)

Tal crescimento foi explicado de formas diferentes por diversos autores; segundo Roberts (1956) esse aumento da necessidade de mão de obra na guerra teria sido resultado das inovações de Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo em tática e estratégia de guerra, porém Parker (1976) discorda desta explicação, argumentando que tais inovações teriam ocorrido depois da mudança no tamanho dos batalhões. Um dos acontecimentos que teria influenciado de forma crucial o tamanho dos exércitos teria sido a mudança da ênfase na cavalaria para a infantaria, o que demandava um número maior de soldados, conforme o número de cavaleiros diminuía significativamente:

“If, however, we can accept Roberts’s assertion about military manpower growth, we cannot *a priori* accept his explanation of it. It cannot stem, as he thought, from the tactical and strategic innovations of Maurice of Nassau and Gustavus Adolphus: first, because the modifications were not so new; second, and more important, because the rapid and sustained growth in army size predated them. (...) The number of horsemen had decreased both absolutely and relatively. This shift in emphasis from horse to foot was crucial for army size. Whereas there was a limit to the number of knights who could manage to equip themselves and their horses ready for a charge, there was none to the number of ordinary men who could be enlisted and issued a pile, word, and helmet.”

(PARKER, 1976, p. 207 – 208)

As alterações na magnitude dos batalhões e número de soldados envolviam não só mudanças diretas de treinamento e padronização, como também uma maior preparação por parte do governo para que este se tornasse capaz de administrar um exército grande.

O crescimento dos batalhões também tornavam necessárias determinadas inovações técnicas e tecnológicas para que os batalhões fosse providos de todo o material e itens básicos necessários para sua sobrevivência, e se tornava então essencial um determinado nível de riqueza da sociedade para que os altos custos da moderna guerra pudessem ser suportados e financiados sem que a sociedade civil fosse obrigada a mudar seu cotidiano de forma abrupta:

“The growth of military manpower depended not only on internal factors but also on a number of extrinsic factors, totally unrelated to the art of war itself. (...) In the first place, there clearly had to be governments capable of organizing and controlling large forces. (...) The numerical expansion of armies was also dependent on certain elementary technological improvements. (...) First there had to be a certain level of wealth in society before heavy and prolonged

military expenditure could be supported; second, there had to be ways of mobilizing that wealth.”

(PARKER, 1976, p. 210)

Embora haja divergências quanto aos motivos e ao período exato do aumento da mão de obra, não haveria dúvidas quanto às conseqüências trazidas por este aumento: Parker (1976) e Roberts (1956) afirmam que a maior quantidade de soldados influenciou de forma definitiva a sociedade civil, fazendo da guerra uma possibilidade profissional, o Estado teve sua autoridade aumentada intensamente, criou-se uma possibilidade de mobilidade social devido à expansão das carreiras militares, e foram criadas barreiras econômicas para os estados menores e oportunidades de crescimento para os maiores e com mais capital inicial:

“However, the revolution in military manpower between 1530 and 1710 was extremely important. It certainly had all the significant consequences which Roberts attributed to it: it made war impinge more upon society; it increased the authority of the state (partly at the expense of the citizen); it accentuated social mobility; and it undoubtedly retarded the economic development of most participants (although it stimulated that of many neutrals)

(PARKER, 1976, p. 213)

Da mesma forma, Roberts expôs em sua teoria as conseqüências do crescimento dos exércitos:

“Men flocked to the swollen mercenary armies. In part they did so, no doubt, because in the Germany of the 1630s and 1640s the army was the safest place to be; but also, and more generally, because the new warfare offered fresh prospects of a career”

(ROBERTS, 1956, p. 23)

Embora haja divergências entre o historiador quanto ao período e, ainda mais importante, aos motivos e à relação de causa e efeito da Revolução Militar e da instauração de um governo central, por si só, o aumento do tamanho dos exércitos já representara uma revolução e, por este fato, Roberts (1956) não estaria equivocado em classificar tal fato como inovador e caracterizá-lo como uma fase de ruptura com o passado, segundo a opinião de Parker (1976). Esta teria sido a principal nova característica dos exércitos modernos, responsáveis por trazer à tona uma nova realidade para a sociedade europeia, determinando conseqüências significativas para a organização política e social da época e representando, sem dúvida, uma verdadeira Revolução.

III. II – ROGERS: AS DIVERGÊNCIAS QUANTO AO PERÍODO DA REVOLUÇÃO E A DEFINIÇÃO DE TRÊS ETAPAS REVOLUCIONÁRIAS.

Rogers (1993) tem como objetivo, em sua análise, esclarecer seu ponto de vista em relação ao conceito de Revolução Militar, havendo pontos de discordância de sua teoria se comparada à de Roberts já descrita neste trabalho. A importância do conceito de Revolução Militar está em explicar a forma pela qual o ocidente, antes tão pequeno e deficiente em recursos naturais, foi capaz de se tornar o líder mundial em poderio militar e naval. Segundo Rogers (1993) tal pergunta foi respondida, em parte, de forma errônea por Roberts e Parker.

Não haveria dúvidas para Rogers (1993) que o crescimento do tamanho dos exércitos e o rápido desenvolvimento de novas táticas de guerra e novas formas de fortificações durante o período pós 1500 podem ser caracterizados como momentos de ruptura com o passado, o que permitiria definir este período como revolucionário. Porém, assim como Black, Rogers (1993) discorda de Roberts (1956) quanto ao período de maior importância na história, aquele no qual as mudanças militares de fato acarretaram grandes consequências na sociedade civil, e, principalmente, na organização política dos Estados.

O período a ser estudado seria, diferentemente do que dizem os outros autores considerados neste trabalho, o correspondente à Guerra dos Cem Anos, entre 1337 e 1453. É nesta época que as mudanças verdadeiramente revolucionárias teriam acontecido e mudado de forma definitiva a forma de fazer guerra daquele período em diante. As mudanças dramáticas começaram a acontecer no meio da Guerra dos Cem Anos e, ao fim desta, já estavam solidamente definidas. Tais mudanças incluiriam a transformação do perfil dos soldados, os quais eram antes, em sua maioria, cavaleiros, advindos das classes mais altas, e lutavam para capturar ao invés de matar; ao fim da guerra em questão, os mesmos soldados tinham passado a ser recrutados das classes mais baixas da sociedade, guerreavam em troca de um pagamento, haviam deixado

para trás a predominância da cavalaria, e lutavam com o claro objetivo de matar, não sendo mais tão importante capturar o inimigo para negociar seu resgate:

“I believe, however, that the focus on the centuries after 1500 obscures the importance of the period in which the most dramatic, most truly revolutionary changes in European military affairs took place: the period, roughly, of the Hundred Years’ War (1337-1453) (...) The armies which conquered Europe’s first global empires, on the other hand, differed from this description on *every single count*. They were drawn from the common population (albeit often led by aristocrats); they served for pay; they fought primarily on foot, on close linear formations which relied more on missile fire than shock action; and they fought to kill. The tremendous revolution in warfare represented by these changes was well underway by the middle of the Hundred Years’ War, and solidly in place by the end of that conflict.”

(ROGERS, 1993, p. 243 e 244)

Não seria possível segundo Rogers (1993), porém, definir a revolução militar como sendo uma só, direta; seria preciso fazer uma distinção entre mais de uma etapa, que seriam denominadas como: Revolução da Infantaria, Revolução da Artilharia e Revolução das Fortificações:

“(...) we are led to reconsider whether the answer to Parker’s question can possibly be a single ‘Military Revolution’. In the last section of this paper, I will address that issue, and propose an alternative paradigm based on the biological concept of ‘punctuated equilibrium evolution’. In essence, I will argue that Western military dominance derived from a *series* of sequential military revolutions, each an attempt to reverse a disequilibrium introduced by the previous one, rather than a single ‘Military Revolution’.

(ROGERS, 1963, p. 244)

A primeira entre as três, referente às mudanças na infantaria, representaria a drástica mudança entre a ênfase na cavalaria existente no século XIII, para a ênfase na infantaria já em vigor no século XIV. (ROGERS, 1963, p.247) A vitória da infantaria sobre a cavalaria poderia ser explicada por alguns desenvolvimentos, como a criação de um novo arco, mais longo e de maior alcance, que era mais eficiente e tinha seu *design* projetado de tal forma que a arma se tornasse mais letal do que a antiga. Seria assim possível recrutar, treinar e equipar um integrante da Infantaria de forma muito mais fácil e econômica do que um membro da cavalaria; além disso, a integração com os arqueiros teria feito da infantaria um grupo mais eficiente do que a cavalaria (ROGERS, 1963 p. 251-252)

O crescimento da importância da infantaria teve consequências diretas na sociedade civil: Os plebeus tiveram sua influência política aumentada, de forma diretamente proporcional ao aumento da importância da infantaria. Passou a ser possível que os plebeus se reunissem sem a presença dos lordes no parlamento, e avanços na autoridade para legislar também se tornaram possíveis. Ou seja, conforme a infantaria crescesse em número de plebeus, os mesmos se tornavam mais importantes e independentes quanto às suas decisões políticas, o que deixa clara a relação entre poder militar e político:

“The connection between the Infantry Revolution and the increasing importance of the commons in the English Parliament, however, cannot be so easily dismissed. (...) The first record of the commons meeting separately from the lords in Parliament occurs in 1341 (...) at about the same time, the commons began to take the initiative in legislation on a regular basis acceding to new taxes only in return for political concessions. (...) I do not mean to suggest that the connection between these two series of events is a simple and direct one. Still, there can be little doubt that a connection *does* exist, and that military enfranchisement of the nonaristocratic population contributed to its increased political influence.”

(ROGERS, 1963, 9. 253 – 254)

A guerra, que pouco a pouco teria passado a se tornar um negócio profissional, deixando de parecer uma atividade esportiva, teve seu caráter, antes pouco sanguinário, transformado e influenciado pelos desenvolvimentos militares. Devido a esta alteração, matar os inimigos, ao invés de capturá-los somente, passou a ser prática comum nas batalhas. Não foram poucas as mudanças no campo de batalha e as alterações nas armas impossibilitavam qualquer contato entre os soldados antes que estes atirassem. Passava a ser impossível, com essas novas armas, se aproximar do inimigo, e as novas formações levavam a ataques derradeiros:

“War under the feudal regimes of Western Europe in the twelfth and thirteenth centuries often seemed more like a Sport than a serious business (...) without question, the Infantry Revolution made the European battlefield a much more sanguinary place. (...) Simple technical factors contributed to the increase in casualties evident during the Infantry Revolution. Pikes and longbows, by their very nature, are intended to kill an opponent before he can come in striking distance of the wielder, and it is difficult to offer or accept a personal surrender at a distance.”

(ROGERS, 1993, p. 256 – 258)

Embora tenha tido enorme importância no conceito de Revolução Militar, a Revolução da Infantaria não teria sido a única, segundo Rogers (1993), mas apenas a primeira de três revoluções que, juntas, teriam acarretado em mudanças intensas e transformado a organização social e política da época em questão, pano de fundo da Guerra dos Cem Anos (ROGERS, 1993, p.244)

A segunda revolução a ser descrita por Rogers (1993) seria a Revolução da Artilharia, que sofreu mudanças radicais com a invenção da pólvora e o uso inicial da arma de fogo. Apesar da existência deste tipo de arma, ainda no século XIV ela não substituiu a tática de guerra por sítio, ou seja, os defensores ainda sofriam ataques que tinham como objetivo impedir o fornecimento de itens básicos, fazendo com que os mesmos fossem obrigados a se render por fome e necessidades básicas. A artilharia de

pólvora não tinha mais poder, ainda nesta época, do que os sítios, porém a economia de custos que ela apresentava e a possibilidade de um alto poder psicológico de induzir terror faziam da arma de fogo um grande aliado, e o uso cada vez maior deste tipo de armamento fez com que o mesmo sofresse intensos desenvolvimentos e melhorias ao longo dos anos:

“At this point, gunpowder artillery had no more Power than traditional siege engines (and, indeed, far less than some), but this cost advantage, combined with the psychological impact of a new and frighteningly loud weapon, ensured that its use would grow rapidly.”

(ROGERS, 1993, p. 259)

Seria a destruição das edificações, feita por canhões e outras armas, que convenceriam os defensores a se renderem, construções foram completamente devastadas nesta época, mas as fortificações e defensores determinados ainda seriam capazes de proteger certos castelos, já que as armas até então ainda não teriam evoluído de forma tão eficiente. (ROGERS, 1993, p. 261)

Segundo Rogers (1993, 264) este cenário seria alterado drasticamente a partir do ano de 1420, quando a fome e falta de recursos deixaram de ser os únicos determinantes de uma vitória, pois a partir deste ano as armas de fogo de fato apresentavam um alto poder de destruição, que não permitia defesa concreta e forçava os atacados a se renderem aos atacantes. Tal poder de destruição seria descrito por grandes canhões, capazes de derrubar as paredes de uma fortificação.

“Around the middle of the 1420s, however, we Begin to hear of garrisons surrendering, not because of hunger, but because the besiegers’ guns have rendered their position indefensible. (...) Cannon developed steadily throughout the fourteenth century, and very rapidly in the early fifteenth. (...) These developments included changes in the design and manufacture

of the guns themselves, in loading methods, and in power formulation.”

(ROGERS, 1993, p. 264 – 267)

Com o desenvolvimento de tais armas, não eram necessários mais do que poucos dias para que os muros de uma cidade fossem derrubados, deixando-a completamente indefesa. Os desenvolvimentos feitos na arma de fogo teriam levado, segundo Rogers (1993) a uma alteração definitiva no desenho da guerra. A criação de armas de cano longo fazia a bala ficar sob pressão por mais tempo, o que permitia uma maior velocidade e menor tempo entre os cada tiro. À medida que armas deste tipo passavam a ser mais utilizadas, a forma de fabricá-las também foi alterada, um novo método de criação foi instaurado, possibilitando a produção de grandes armas de cano longo. Somado a estes desenvolvimentos, o início da produção manufaturada da pólvora permitiu o aumento significativo da eficiência da Artilharia. O tamanho e o número de armas utilizadas cresceu de forma rápida e definitiva, transformando as antigas táticas, antes muito eficientes, tais como as grandes muralhas fortificadas dos castelos e a estratégia de sítio, em ultrapassadas e vulneráveis:

“More or less simultaneously with these developments, an important change took place in a related area: the manufacture of gunpowder. (...) Thus, between 1400 and 1430, a whole series of interconnected innovations synergistically improved the power and efficiency of gunpowder artillery. (...) The number and size of guns in use increased rapidly. Put together, these developments were enough to reverse the centuries-old superiority of the defensive in siege warfare, and bring the walls of medieval castles crashing down.”

(ROGERS, 1993, p.272)

Mas não era tão simples seguir o caminho da Revolução da Artilharia. Segundo Rogers (1993), os custos de se manter atualizado quanto aos desenvolvimentos da arma de fogo e da pólvora, eram altíssimos, e somente os

grandes Estados eram capazes de, ainda com dificuldade, financiar tais avanços. Os Estados menores se tornavam cada vez mais dependentes de uma autoridade central, não sendo possível arcar com os custos de uma guerra contra inimigos maiores e com maior poder financeiro:

“Artillery was expensive. (...) The central governments of large states could afford to acquire and maintain large siege trains: their subjects and smaller neighbors, in general, could not.”

(ROGERS, 1993. 274)

Os desenvolvimentos no ataque teriam levado a um desequilíbrio entre ataque e defesa, não havendo uma forma eficiente de defesa contra o ataque que fazia uso da pólvora, e a guerra se tornava cada vez mais uma questão de avançar de forma pioneira no território alheio do que de defender o próprio território.

“The number and size of guns in use increased rapidly. Put together, these developments were enough to reverse the centuries-old superiority of the defensive in siege warfare, and bring the walls of medieval castles crashing down. (...) Their accounts and the other evidence presented in this article, make it clear that gunpowder *did* reverse the balance between offense and defense around 1430 as the result of a rapid series of technical innovations built onto a century of gradual development. (...) Third - getting into the period of the traditionally defined Military Revolution, and away from the period analyzed in the body of this paper - the ‘Artillery Fortress Revolution,’ based on the *trace italienne* and sunken-profile earthwork walls, which reinstated the superiority of the strategic defensive.”

(ROGERS, 1993, p.272, 275 e 276)

O investimento necessário em defesa caracterizou a revolução das fortificações, que teriam sido objeto de intenso trabalho e mobilização para que se tornassem capazes de combater a artilharia. Composta por novas táticas e estratégias de defesa, as fortificações contavam com criações em construções mais imponentes e adequadas aos ataques dos novos exércitos (ROGERS, 1993, p. 274)

O aumento da intensidade da guerra teria feito segundo Rogers (1993, pp. 274 - 275) com que a interferência governamental tivesse que ser também aumentada de forma considerável, não podendo mais ser mantida em um nível mínimo como o era antes do desenvolvimento da artilharia. Os grandes exércitos e o alto custo da moderna artilharia representaram um novo desafio aos estados; conseguir recursos financeiros e saber administrá-los de forma eficiente se tornou questão de sobrevivência daquele momento em diante:

“(...) this (centralization) increased their tax revenues, enabling them to support bigger artillery trains and armies, enabling them to increase their centralization of control and their tax revenues still further, and so on”

ROGERS (1993, p. 275)

O ciclo acima, citado também por Roberts (1956), já aparecia - segundo Rogers (1993) - nesta época, ciclo segundo o qual os grandes estados seriam capazes de pagar por melhores treinamentos, maiores exércitos e um grande número de armas, tais exércitos garantiam mais vitórias, o que trazia mais recursos aos próprios estados e o fortaleciam cada vez mais, tornando-os ainda mais capazes de financiar maiores guerras.

É preciso deixar claro, de acordo com Rogers (1993) que não há dúvidas de que a Revolução Militar, descrita por Roberts (1956), teria ocorrido. As conseqüências sociais teriam sido enormes e indiscutíveis, porém o conceito de Revolução é relativo, e não é simples definir o período em que teria ocorrido a ruptura

de maior importância ou mais determinante, aquele que, de fato, pode ser denominado como período revolucionário.

As mudanças militares já estariam acontecendo durante os anos 1300, até 1800, e elas não teriam ocorrido em uma única fase, podendo ser desmembradas em diversas revoluções militares. Rogers (1993) defende a idéia de que não se trataria de uma revolução pontual, e sim de uma série de mudanças internas que contribuíram para que o ocidente atingisse a superioridade militar no século XVIII:

“The concept of ‘revolution’ in history is a flexible one (...) the length of time involved can range from a year to a century, depending on the scope of revolution. (...) Over the five centuries between 1300 and 1800, however, Europe experienced not one but several military revolutions (...) We are, thus, dealing not with one revolutionary change, but with a whole *series* of revolutions which synergistically combined to create the Western military superiority of the eighteenth century.”

(ROGERS, 1993, p. 276)

CONCLUSÃO

O termo “revolução”, segundo o dicionário Houaiss significa: “Grande transformação, mudança sensível de qualquer natureza, seja de modo progressivo, contínuo, seja de maneira repentina.” Em termos gerais, segundo Jack Goldstone (1986), uma revolução tem início em um quadro de desequilíbrio, isto é, é necessário que a sociedade ou as autoridades políticas estejam sofrendo alguma forma de influência externa, ou de problemas internos que motivem ações no sentido de alterar a forma como está configurado o poder:

“um esforço para transformar as instituições políticas e as justificativas pela autoridade política na sociedade, acompanhada de mobilização de massas, formais ou informais e as ações que prejudicam autoridades não-institucionalizada.”
(GOLDSTONE, 1986)

Existe, segundo Jack Goldstone (1986), mais de uma forma de se definir “Revolução”, e cada definição foi sendo modificada ao longo do tempo, de acordo com novos acontecimentos e com novas formas de alterações drásticas das relações sociais. De uma forma geral, uma revolução teria por objetivo ou, no mínimo, consequência, mudar de forma definitiva a estrutura básica de uma sociedade.

No caso da Revolução Militar, o que, de fato, caracteriza o processo em questão como uma revolução (de acordo com os autores analisados neste trabalho) é a alteração, de forma definitiva e irremediável, da sociedade e das relações entre as classes. No entanto, é preciso discernir duas idéias que podem ser facilmente confundidas, principalmente quando considerado o tempo de duração de um determinado conjunto de mudanças: Revolução e Reforma.

Segundo Daniel de Leon (2000), a principal diferença entre as duas estaria na origem das mudanças trazidas por ela; em uma reforma as mudanças teriam origem em fatores externos, tais como: outros governos, conjuntura internacional ou fatores naturais externos à sociedade, os quais determinam o início do processo de Reforma. Já em uma revolução, os fatos causadores do processo seriam internos, ou seja,

acontecem dentro da própria sociedade vítima do processo, e interferem nas bases da organização sobre a qual a revolução ocorre:

“(...) Changes from within that alter the very essence of his being, and that put or will put, upon him each time a stamp that alters the very system of his existence. That is Revolution. (...) Whenever a change leaves the internal mechanism untouched, we have reform; whenever the internal mechanism is changed, we have revolution.”
(DE LEON, 2000, p. 4).

Grande parte das discordâncias quanto às teorias da Revolução Militar está na necessidade de se classificar um período como revolucionário, como pôde ser visto nos capítulos anteriores, e das características que o mesmo deve apresentar para ser corretamente classificado como tal. Não se pode ignorar o fato de os autores citados neste trabalho terem visões diferentes das formas como a Revolução ocorreu, assim como a divergência em relação ao período de maior importância no processo em questão.

A crítica Jeremy Black a Michael Roberts, por exemplo, tem como ponto principal a periodização da revolução militar. Segundo Black, a mesma teria determinado profundas mudanças sociais, porém os avanços de fato revolucionários não teriam ocorrido nos anos determinados por Roberts. O autor, porém não nega grande parte da dos pontos analisados por Roberts, apenas apresenta pontos de discordância.

Parker também apresenta críticas quanto à periodização da revolução. Como pôde ser visto nos capítulos anteriores, ele argumenta que grande parte das mudanças revolucionárias teria ocorrido antes do período determinado por Roberts, porém, assim como Black, não discorda das consequências descritas por Roberts. Parker também analisa mais profundamente a criação do *Trace Italienne*, e a importância deste para as mudanças na forma de fazer guerra.

Por fim, Rogers expõe seus argumentos criticando, também, o período determinado por Roberts. Além disso, apresenta a revolução dividida em três fases, cada uma com foco em desenvolvimento de determinada área: Infantaria, artilharia e fortificações.

É possível notar que existem diversos pontos em comum entre as teorias, e que os mesmos se intensificam quando são consideradas diferentes definições do termo

“revolução”. Ou seja, não há, de acordo com as teorias expostas neste trabalho, dúvidas de que houve uma revolução militar, e que a mesma foi responsável por mudanças sociais definitivas, é possível concluir que as divergências ocorrem em torno da periodização e ordem dos fatores causadores da revolução, mas fica clara a conclusão que determina o acontecimento da revolução e as conseqüências da mesma.

BIBLIOGRAFIA

BLACK, Jeremy. A military revolution? Military change and European Society, 1550-1800. London, Humanities Press, 1995.

BLACK, Jeremy. Naval Power in the Revolutionary Era. In: War in an age of revolution, 1775-1815. New York: Cambridge University Press, 2010.

BLENDISON. Revoluções Políticas e sócio-econômicas. Disponível em: < <http://blendisonpinheiro.blogspot.com/2009/11/revolucoes-politicas-e-socio-economicas.html>> Acessado em: 11/03/2012.

DE LEON, Daniel. Reform or Revolution. 2000. Disponível em: < http://slp.igc.org/pdf/de_leon/ddlother/reform_rev.pdf> Acessado em: 10/12/2011.

DE VRIES, Kelly. Gunpowder Weaponry and the Rise of the Early Modern State. In: Guns and men in medieval Europe: 1200-1500. Aldershot, 2002.

DOWNING, Brian M. The military revolution and political change: origins of democracy and autocracy in early modern Europe. Princeton: Princeton University Press, 1992.

GOLDSTONE, Jack. Revolutions: Theoretical, Comparative, and Historical Studies. 3rd edition. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 2003.

GORSKI, Philip S. The disciplinary Revolution, Calvinism and the rise of the State in Early Modern Europe. London: University of Chicago Press, 2003.

PARKER, Geoffrey. "The Military Revolution, 1560–1660 – A Myth?". Journal of Modern History, Vol 48, Issue 2, (1976).

PARKER, Geoffrey. The military revolution: Military innovation and the rise of the West 1500-1800. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

RAUDZENS, George. Military Revolution or Maritime Evolution? Military Superiorities or Transportation Advantages as Main Causes of European Colonial Conquests to 1788. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/120498>. Acessado em: 13/12/2009.

ROBERTS, Michael. The Military Revolution, 1560–1660. Belfast: Queen's University of Belfast, 1956.

ROGERS, Clifford. The military Revolutions of the Hundred Years' War. The Journal of Military History, vol. 57 (1993).

ROGERS, Clifford. The Military Revolution Debate: Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe. Disponível em: <

<http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/bookrev/rogers.html>>. Acessado em 04/03/2012.

TRUEMAN, Chris. 2000. Disponível em: <http://www.historylearningsite.co.uk/military_revolution.htm> Acessado em 04/03/2012.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.